

ABERTURA DO I CONGRESSO NACIONAL DE JOVENS AGRICULTORES

Ponta Delgada, 2 de julho de 2015

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para agradecer o convite para partilhar convosco este momento, esta sessão de abertura do I Congresso Nacional de Jovens Agricultores.

É com o maior gosto que aqui estou e gostaria, em primeiro lugar, de felicitar a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal pela feliz ideia de organizar este primeiro congresso e, especialmente, pela felicíssima ideia de o organizar aqui na Região Autónoma dos Açores.

Se me é permitida a ousadia, os Açores são o local certo para este evento, para este primeiro congresso dedicado ao futuro da agricultura nacional. Desde logo, porque é a Região com a população agrícola mais jovem do País, com uma média de idade 10 anos mais baixa do que a verificada no território continental, e, para além disso, é o local onde a taxa de jovens a trabalhar na agricultura se situa acima dos 8%, ou seja, perto de quatro vezes mais do que a média nacional.

A importância deste evento se realizar aqui na Região deriva também, desde logo, do tema. Falar de agricultura açoriana é, na prática, falar de um dos principais setores da nossa economia, sinónimo de criação de riqueza e de emprego, ou seja, do enorme contributo que este setor dá para o desenvolvimento económico e social de uma Região que, por exemplo, na fileira do leite, é responsável por cerca de 30 por cento da produção nacional.

E tudo isto resulta, naturalmente, de uma parceria estratégica que, ao longo dos anos, foi possível estabelecer entre os agricultores, entre os empresários agrícolas, as suas organizações representativas, promovendo uma reestruturação progressiva deste setor e que permitiu, mais uma vez, na fileira do leite que, em paralelo com a diminuição do número de produtores, se verificasse um aumento significativo da quantidade média produzida por exploração, por via, entre outros fatores, de uma melhoria genética do efetivo pecuário muito significativa e também da evolução positiva do maneio das explorações.

Para isso contribuíram medidas como os resgates leiteiros, alguns deles de responsabilidade regional, as reformas antecipadas, o programa regional de apoio à aquisição de terras, uma medida inédita a nível nacional e exclusivamente suportada por fundos regionais que já possibilitou aos agricultores açorianos a aquisição de cerca de 1.500 hectares de terra, com um volume global de investimento de cerca de 19 milhões de euros.

Para apoiar o investimento, o desenvolvimento e a inovação neste setor tão importante para a nossa economia contamos, naturalmente, com o novo Programa de Desenvolvimento Rural, aprovado este ano, cujas candidaturas aqui na Região estão já a decorrer, também numa demonstração da consciência que temos da importância que esse instrumento assume para o futuro da nossa agricultura e da nossa economia e, também, da necessidade que existe de, quanto antes, o colocar ao serviço dos nossos agricultores.

No âmbito do PRORURAL+ existem cerca de 345 milhões de euros que serão disponibilizados nos próximos sete anos, 300 deles provenientes do Orçamento da União Europeia e os restantes 45 suportados pelo Orçamento Regional.

Este novo programa consagra várias medidas que consideramos de grande impacto para os empresários agrícolas, para as agroindústrias, e das quais destacaria a modernização de estruturas de produção e de transformação agropecuária, o prosseguimento da estruturação e do ordenamento fundiário e a transferência de conhecimentos e de inovação nas diversas áreas de produção.

As medidas negociadas com a Comissão Europeia, podemos considerar que, na sua generalidade, são as adequadas às nossas especificidades e que têm, também, o objetivo de atenuar os constrangimentos derivados da nossa realidade arquipelágica, reforçando as condições e as potencialidades únicas que os Açores têm nesse domínio.

Se há algum aspeto que gostaríamos que tivesse ficado consagrado, e que não ficou, tem a ver exatamente com uma medida que deixou de existir e que nós, por experiência própria, reconhecemos aqui nos Açores a sua importância para este processo de rejuvenescimento do setor agrícola, que é o incentivo à reforma antecipada.

Em sete anos, também devido à cessação de atividade, a medida de apoio à instalação de jovens agricultores ultrapassou as expectativas iniciais. Tem cerca de 200 projetos aprovados aqui na nossa Região, tendo sido atribuídos mais de seis milhões de euros de prémio à primeira instalação de agricultores.

Todo este esforço e todo este quadro têm, no futuro próximo, dois aspetos que exigem particular cuidado e particular atenção. Um deles tem a ver com uma componente mais nacional e o outro tem a ver com uma componente mais comunitária.

A componente nacional, e que nós consideramos que é uma medida penalizadora dos jovens agricultores, tem a ver com o regime de contribuições para Segurança Social a que estão sujeitos.

Essa medida não faz sentido, sobretudo quando queremos incentivar e apoiar os jovens num determinado setor de atividade e, em simultâneo, os asfixiamos por via de um excessivo agravamento das contribuições que lhes são impostas nesse âmbito da Segurança Social.

Este é e deve ser um assunto prioritário, no qual o Governo dos Açores tem estado empenhado e tem encetado contactos com o Governo da República e deve ser resolvido

rapidamente, sob pena de estarmos a contribuir para cometer o erro histórico de penalizar novos agricultores, hipotecando, por esta via, sobretudo numa Região como a nossa, o futuro de um importante setor de atividade que se quer robusto, competitivo e rejuvenescido.

Uma segunda questão que se afigura particularmente desafiante também para a agricultura açoriana tem a ver com as consequências que derivam da abolição do regime de quotas leiteiras na Europa.

Já tive oportunidade de, publicamente, referir que considero que a União Europeia tem pecado por omissão nos alertas que lhe têm sido dirigidos, mas também pelas evidências recentes relativas à redução generalizada do preço do leite pago à produção na União a 28.

Este alheamento da União Europeia relativamente aos efeitos da abolição das quotas em regiões como os Açores, sujeitas a constrangimentos específicos e permanentes, é ainda mais difícil de perceber quando se sabe - é público - que, em relação a outros países, e fruto também de circunstâncias que se conjugaram com este processo da abolição de quotas leiteiras, foram disponibilizadas verbas e apoios.

Refiro-me, em concreto, ao que aconteceu com a Finlândia, a Estónia, a Letónia e a Lituânia a quem, no âmbito das consequências derivadas do embargo russo, foi disponibilizado apoio por parte da União Europeia no montante de cerca de 40 milhões de euros.

Os efeitos do fim das quotas leiteiras aqui nos Açores não devem ser encarados apenas como uma questão regional. E não devem sê-lo, em primeiro lugar, pela importância que a Região tem para o todo nacional no setor do leite. Não devem sê-lo, também, pela importância que esse setor tem na economia da Região. Deste ponto de vista, consideramos que não pode competir apenas às entidades regionais a criação de mecanismos para minimizar os seus efeitos.

Mas, sobretudo, não podemos também cair no erro de considerar que, desde o novo Quadro Comunitário de Apoio – o PRORURAL+ –, desde a questão específica do POSEI, já está tudo previsto e, portanto, já existem medidas suficientes e bastantes para acudir à situação da abolição e dos efeitos da abolição do regime de quotas leiteiras.

Esse raciocínio é falso, esse raciocínio peca pelo facto de não considerar que a previsão e os efeitos de todo este quadro de apoio não tomaram em linha de conta as consequências que se têm vindo a verificar da abolição do regime de quotas leiteiras.

Este quadro de apoio foi definido, à semelhança do que sucedeu com quadros definidos anteriormente, para, em condições de regularidade, digamos assim, poder contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário aqui na Região.

Medidas extraordinárias devem ser a resposta a situações extraordinárias e consideramos que as consequências da abolição do regime de quotas leiteiras, nomeadamente no que

tem a ver com a queda do preço do leite à produção, é uma situação extraordinária que se está a viver aqui na nossa Região e que deve merecer respostas extraordinárias.

Uma dessas respostas prende-se, conforme a Região tem defendido, com o processo de revisão do POSEI. É exatamente aí que consideramos que podem ser criados os mecanismos, através de um apoio financeiro suplementar, de uma dotação suplementar no âmbito do POSEI, que possa compensar o impacto económico, social e ambiental provocado pela desregulação dos mercados das suas produções tradicionais, na sequência de decisões da União Europeia.

Aquilo que, naturalmente, esperamos é que, da parte de todos aqueles que, de forma direta ou indireta, podem contribuir para levar por diante este processo e podem contribuir para que este desafio seja vencido com sucesso, um contributo pronto, um contributo efetivo, um contributo empenhado para que, efetivamente, se consiga este desiderato.

A história do relacionamento da Região Autónoma dos Açores, nas suas diversas vertentes, com a União Europeia é feita em larga medida desses processos, em que são consideradas situações que partem de um princípio de igualdade entre uma região como os Açores com outras parcelas do território da União. Só fruto de um trabalho muito empenhado, envolvendo o Governo dos Açores, o Governo da República e parceiros sociais, se consegue comprovar o mérito e a razão das pretensões que assistem à Região.

Este é um dos casos em que se exige esse compromisso forte, esse compromisso efetivo, em primeiro lugar da parte do Governo da República, de forma a transmitir também às instituições europeias e de forma a poder, também junto das instituições europeias, demonstrar o carácter específico e as circunstâncias especiais que este processo assume aqui na Região Autónoma dos Açores.

Vivemos certamente tempos desafiantes ao nível da agricultura, mas esses desafios devem também constituir uma oportunidade para dar realce ao melhor que existe em cada uma das organizações, ao melhor que existe em cada um de nós: a capacidade de empreendedorismo, de inovação, de resistir, de batalhar por um futuro melhor.

A história da agricultura nos Açores é feita disso, é feita dessa capacidade de, perante desafios concretos, caso da quantidade, caso da qualidade ao nível da produção, ter sempre uma resposta pronta, uma resposta eficaz e uma resposta meritória da parte dos agricultores.

Estes são mais dois desafios que temos pela frente. Estou certo que, com uma união de esforços, com o compromisso da parte de todos os intervenientes - Governo dos Açores, Governo da República e parceiros sociais - seremos capazes também de vencer esses desafios.

Desejo, quer à organização deste congresso, quer a todos aqueles que ao longo deste dia terão a oportunidade também de partilhar e de incentivar o debate, os votos dos maiores sucessos, porque o sucesso deste congresso será também o sucesso da agricultura e da forma como nos posicionamos para vencer os desafios do futuro.

Muito obrigado!